



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**ESCOLA DE NUTRIÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**



MARIA LUISA DE FARIAS LAGE

**POLÍTICAS ALIMENTARES NAS CIDADES:**  
**Uma Revisão De Literatura**

Ouro Preto – MG

2024



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**ESCOLA DE NUTRIÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO**



MARIA LUISA DE FARIAS LAGE

**POLÍTICAS ALIMENTARES NAS CIDADES:**  
**Uma Revisão De Literatura**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a) Marisa Alice Singulano

Ouro Preto – MG

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L174p Lage, Maria Luisa De Farias.  
Políticas alimentares nas cidades [manuscrito]: uma revisão de  
literatura. / Maria Luisa De Farias Lage. - 2024.  
36 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Alice Singulano.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola  
de Nutrição. Graduação em Nutrição .

1. Planejamento urbano. 2. Políticas públicas alimentares. 3.  
Segurança alimentar e nutricional. I. Singulano, Marisa Alice. II.  
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 612.39

Bibliotecário(a) Responsável: Sônia Marcelino - CRB6/2247



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Luísa de Farias Lage

### Políticas Alimentares nas cidades: uma revisão de literatura

Monografia apresentada ao Curso de Nutrição da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Nutrição

Aprovada em 19 de fevereiro de 2024

#### Membros da banca

Dr<sup>a</sup> Marisa Alice Singulano - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr.<sup>a</sup> Erika Cardoso dos Reis - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr.<sup>a</sup>. Melissa Luciana de Araújo - (Faculdades Kennedy)

Marisa Alice Singulano, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/09/2024



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Alice Singulano, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/09/2024, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0780355** e o código CRC **7C696572**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela força, sabedoria e perseverança que me permitiram concluir esta etapa crucial em minha vida acadêmica.

Minha família, meu refúgio constante de amor e apoio, merece gratidão, especialmente meus pais e meu irmão, fundamentais como alicerces para meus sonhos e conquistas. À minha mãe, em particular, agradeço por suas palavras de incentivo e amor incondicional, fundamentais em minha jornada.

Minha orientadora de TCC, Marisa, merece uma menção especial. Sua dedicação, paciência e orientação foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço por sua expertise, conselhos valiosos e apoio constante nesta jornada.

Aos amigos de curso, que compartilharam desafios, vitórias e risadas, agradeço pela camaradagem e parceria durante este processo. Aos amigos da vida, que estiveram ao meu lado nos altos e baixos, agradeço por serem minha rede de apoio emocional. Em especial, a Elielton, cuja amizade é um tesouro inestimável.

Ao Joao Paulo, pelo equilíbrio, boas risadas e motivação, tornando esta jornada mais leve. Por fim, à República Aconchego, meu lar longe de casa, agradeço por proporcionar um ambiente acolhedor, amizades verdadeiras e experiências universitárias ainda mais especiais.

## RESUMO

Atualmente, no Brasil, os desafios relacionados aos sistemas alimentares e às cidades têm recebido atenção tanto no meio acadêmico quanto nas políticas públicas. Apesar da trajetória consolidada em políticas alimentares, a convergência entre a temática alimentar e a atuação das políticas alimentares nas cidades é uma abordagem recente no país. A pesquisa reflete sobre como as políticas alimentares nas cidades incorporam a discussão sobre a segurança alimentar e nutricional, por meio de uma revisão de literatura. Os principais aspectos da discussão destacados na literatura revisada referem-se à necessidade de abordagens intersetoriais e da participação da sociedade civil no planejamento urbano de modo a integrá-lo a políticas alimentares; à relevância da atuação dos governos locais; às persistentes desigualdades no acesso a alimentos saudáveis indicando falta de coordenação entre políticas urbanas e alimentares; a importância da integração entre o planejamento urbano e políticas de incentivo à agricultura urbana e à produção sustentável e de abastecimento. De modo geral, destaca-se a importância do planejamento urbano e da colaboração multissetorial para melhorar a segurança alimentar, a saúde e promover sistemas alimentares sustentáveis.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Políticas públicas alimentares; Segurança alimentar e nutricional.

## **ABSTRACT**

Currently, in Brazil, challenges related to food systems and urban areas have been receiving attention both in academic circles and in public policies. Despite a well-established history of food policies, the convergence between the food theme and urban planning is a recent approach in the country. The research reflects on how urban planning in Brazil relates to the food agenda and food and nutritional security policies through a literature review. The main aspects highlighted in the reviewed literature relate to the need for interdisciplinary approaches and civil society participation in urban planning to integrate it with food policies; the relevance of local government actions; persistent inequalities in access to healthy food indicating a lack of coordination between urban and food policies; the importance of integrating urban planning with policies promoting urban agriculture, sustainable production, and supply. Overall, the importance of urban planning and multisectoral collaboration to improve food security, health, and promote sustainable food systems is emphasized.

Keywords: Urban planning; Food policy; Food and nutritional security .

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSEA	Conselho Nacional De Segurança Alimentar e Nutricional
DECS	Descritores em Ciências da Saúde
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
HLPE	High Level Panel of Experts
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES-Food	Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
WHO	Organização Mundial da Saúde

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Fluxograma PRISMA.....</b>	<b>14</b>
<b>Figura 2: Diagrama OBJETIVOS.....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 3: Diagrama METODOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 4: Diagrama RESULTADOS.....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 5: Diagrama AMBIENTE ALIMENTAR, RENDA E CONDIÇÕES DE SAÚDE E NUTRIÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 6: Diagrama PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 7: Diagrama PLANEJAMENTO URBANO, POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, ABASTECIMENTO E AGRICULTURA URBANA .....</b>	<b>28</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>1.1 Panorama Geral.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2 Histórico das políticas brasileiras.....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.4 Objetivo.....</b>	<b>13</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>3 RESULTADOS.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Descrição dos artigos.....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 Discussão.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2.1 Ambiente alimentar, renda e condições de saúde e nutrição.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2.2 Planejamento urbano e políticas públicas de saúde e alimentação.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2.3 Planejamento urbano, políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, abastecimento e agricultura urbana.....</b>	<b>22</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>5 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Panorama Geral

Em 2017, o Painel Internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food) divulgou um relatório cuja introdução destacava: "As cidades enfrentam um dos problemas mais prementes da atualidade: a alimentação" (IPES-Food, 2017, p. 04). O aumento da urbanização, desafios no acesso a alimentos, disponibilidade significativa de opções alimentares pouco saudáveis, insustentabilidade nos sistemas de produção e distribuição de alimentos, perda de biodiversidade e as ameaças das mudanças climáticas colocam a questão alimentar no centro das preocupações.

Ainda conforme tal relatório, o foco no espaço urbano e em seu planejamento não se refere apenas à questão da alimentação nas cidades, mas chama a atenção para as (re)conexões, (des)localizações e (in)justiças que podem ser retrabalhadas por meio de instituições e de práticas de governança que colocam a ação participativa e a tomada de decisão no centro de uma agenda que visa desenvolver sistemas alimentares resilientes e sustentáveis através da harmonização do comércio internacional e da produção local com uma sólida ligação entre os espaços urbanos, periurbanos e rurais (IPES Food, 2017 e FAO, 2019).

Frente às fragilidades urbanas, aprimorar o bem-estar e a qualidade de vida nas cidades requer uma investigação mais profunda para compreender a interação entre o espaço urbano e a saúde (WHO, 1986). Diante dos problemas nas cidades, melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas exige uma análise mais aprofundada e interativa para compreender a conexão entre o ambiente urbano e a saúde (WHO, 2020).

Ao considerar a saúde e a alimentação no planejamento urbano, é possível criar ambientes que promovam a segurança alimentar, garantindo que as comunidades tenham acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, pois, por meio das políticas alimentares, os Estados influenciam o modo como os alimentos são produzidos, processados, distribuídos e consumidos e, igualmente, organizam os arranjos políticos e a governança do abastecimento alimentar (Lang et al., 2009 citado por Grisa e Porto, 2023, p. 2).

Ou seja, o Estado, por meio das políticas alimentares, define em parte a configuração dos sistemas alimentares, que podem ser definidos como um conjunto dos elementos e atividades que se relacionam com as etapas de produção, processamento, distribuição,

preparação e consumo de alimentos, além dos resultados dessas atividades, como impactos econômicos e ambientais, envolvendo o ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas e instituições relacionadas às etapas de produção e distribuição de alimentos (HLPE, 2017).

A dimensão político-institucional é central na configuração dos sistemas alimentares. Assim, os sistemas alimentares são moldados tanto pelos apoios do Estado quanto pelas lacunas existentes nas regulamentações. A dinâmica delicada e volátil das iniciativas destinadas a fomentar a acessibilidade alimentar, promover uma alimentação saudável e facilitar o diálogo entre a agricultura familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), juntamente com a adoção da agroecologia e a valorização dos territórios locais e da alimentação, revela-se suscetível às transformações no cenário político e econômico.

De acordo com o relatório produzido pelo painel de especialistas em segurança alimentar e nutricional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citado por Grisa e Porto (2023, p. 2), nesse cenário, surge a necessidade de construir sistemas alimentares sustentáveis, entendidos como aqueles que “asseguram a segurança alimentar e nutricional (SAN) para todos de modo que as bases econômicas, sociais e ambientais necessárias para gerar segurança alimentar e nutricional das gerações futuras não sejam comprometidas” (HLPE, 2014; GRISA E PORTO, 2023).

A FAO é uma das organizações internacionais que têm pautado a necessidade de integração das políticas de alimentação ao planejamento urbano. O documento lançado pela instituição em 2019, reúne exemplos de boas práticas na redução do desperdício de comida, na promoção de dietas saudáveis e no fortalecimento das cadeias locais de produção, devido às barreiras geradas pela urbanização para garantir que todos tenham acesso a comida, mantendo uma alimentação balanceada e preservando os recursos naturais e a biodiversidade do planeta. Conforme o mais recente relatório produzido por especialistas da organização, “incorporar a comida e a alimentação nutritiva como componentes chaves do planejamento urbano é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável” (FAO, 2023).

## **1.2. Histórico das políticas brasileiras**

No contexto nacional, um estudo publicado nos anos 2000 destacava que o Brasil, nas últimas décadas, vinha confirmando uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Um país desigual, exposto ao desafio histórico de

enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, como o acesso à alimentação (BARROS, 2000).

No entanto, o combate à fome mostrou, ao longo dos anos, ser uma preocupação constante no contexto das políticas públicas no Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil enfrentou desafios significativos relacionados à fome e à pobreza. Nesse período, surgiram iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento agrícola e da distribuição de renda, como o Plano Nacional de Reforma Agrária. No entanto, a eficácia dessas medidas foi limitada e a fome persistiu como um problema endêmico. Com o advento da redemocratização nos anos 1980, houve uma crescente conscientização sobre a necessidade de políticas mais assertivas de combate à fome (BRASIL,1985; IPEA,2022; GRISA E PORTO, 2023).

A década de 1990 foi caracterizada por mudanças estruturais significativas nas políticas de combate à fome no Brasil, podendo ser considerada como um marco na implementação de políticas alimentares. Nesse contexto, destacou-se a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi fortalecido, mas desafios persistentes, como a desigualdade regional, limitaram o impacto dessas ações. (BRASIL, 2009; BRASIL, 2020; IPEA, 2022; GRISA E PORTO, 2023).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), criada em 1999, teve como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição (BRASIL,1999). Essa política destacou a importância do respeito à diversidade e à cultura alimentar brasileira. Um dos principais objetivos é fortalecer a autonomia individual, capacitando as pessoas para fazerem escolhas alimentares informadas, resistindo a influências comerciais e prescrições dietéticas. Além disso, a PNAN reconhece as determinações sociais e a natureza interdisciplinar da alimentação e nutrição, buscando integrar diferentes setores sociais para enfrentar os desafios alimentares (BRASIL,1990; IPEA, 2022; GRISA E PORTO, 2023).

Durante o início dos anos 2000, destacaram-se avanços substanciais nas políticas alimentares. Esses avanços estão relacionados com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e

Nutricional (LOSAN), promulgada em 2006, cumprindo a ideia de prover Segurança Alimentar e Nutricional. Essa lei é um marco legal que estabelece as diretrizes e princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (IPEA, 2022; GRISA E PORTO, 2023).

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004).

A SAN vai além da disponibilidade de alimentos, e se configura como a segurança da relação que o indivíduo e o coletivo têm com o alimento. O autor Robert Castel define a segurança e a insegurança como “as relações aos tipos de proteções que uma sociedade garante, ou não garante, de maneira adequada”. Nesse sentido, falar em “segurança” situa a segurança alimentar e nutricional como conjunto de direitos e de políticas sociais contidas na noção de seguridade social (CASTEL, 2003, p.7).

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída pela Lei nº 11.346 de 2006, desempenha um papel crucial nas políticas públicas alimentares no Brasil. Reconhecendo a alimentação como um direito humano fundamental, a LOSAN destaca a importância da participação social, promove a integração de políticas e busca assegurar o acesso regular a alimentos de qualidade. Além disso, a lei incentiva a agricultura familiar, combate ao desperdício de alimentos e preconiza a promoção de programas educacionais sobre hábitos alimentares saudáveis. Sua relevância se manifesta na construção de uma abordagem abrangente e inclusiva para enfrentar desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e sustentável (LOSAN, Lei nº 11.346/2006).

Outra importante política alimentar nacional é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), oficializada em 2003 e que conecta produtores locais a instituições públicas, como escolas e hospitais, promovendo a segurança alimentar e estimulando a economia local. Esta política se soma à PNAN, citada anteriormente, que enfatiza o respeito à diversidade e cultura alimentar brasileira, com o fortalecimento da autonomia individual sendo outro pilar da

política, capacitando as pessoas para escolhas alimentares informadas diante de influências comerciais e prescrições dietéticas (BRASIL, 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Para desenvolver estratégias eficazes de promoção da saúde, é crucial adotar abordagens multidisciplinares e interdisciplinares para atender de maneira mais abrangente às necessidades da população. É essencial estabelecer parcerias entre gestores públicos e cidadãos para criar políticas públicas que contribuam para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa. Essas políticas devem incentivar o convívio coletivo, promover a mobilidade e acessibilidade sustentáveis, além de fomentar um senso de pertencimento (SPERANDIO et al,2014).

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) no Brasil, criada em 2006 e revista em 2014, é um marco histórico no conjunto de políticas que visam a garantia do direito humano à alimentação. O objetivo desta política estabelece a promoção da qualidade de vida como princípio, com redução da vulnerabilidade humana relacionada aos “(...) modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais” (BRASIL, 2006, 2014).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o surgimento da pandemia de Covid-19 destacou a necessidade global de os governos implementarem medidas para enfrentar as repercussões causadas pelo novo coronavírus na sociedade e na economia (IPEA, 2020). Isso resultou na adoção de novas tecnologias como uma maneira de lidar com as restrições impostas pelo confinamento. No contexto brasileiro, a realidade não foi diferente. Apesar dos desafios persistentes relacionados à manutenção do equilíbrio das contas públicas e à estabilidade monetária, o governo adotou medidas para mitigar os impactos da crise, como a criação do Auxílio Emergencial, ampliação de recursos para o PAA e distribuição emergencial de cestas de alimentos. A atenção foi dada às famílias mais vulneráveis, dada a abrupta perda de emprego por parte de muitos trabalhadores, deixando-os subitamente incapazes de prover o sustento de suas famílias. No entanto, essas ações não foram suficientes para resolver o problema do acesso aos alimentos (IPEA, 2022; GRISA E PORTO, 2023).

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a efetivação da segurança alimentar e nutricional demandam, para além da coordenação entre diferentes setores, a implementação de ações não apenas emergenciais destinadas a mitigar os impactos de crises, mas também a adoção de medidas a médio e longo prazos. A sensação de

insegurança entre a população diante das incertezas no cenário da pandemia foi agravada pela crise política que se desenrolava, somada às orientações divergentes por parte do Poder Público (ALPINO et al, 2020).

### **1.3. Justificativa**

Atualmente, os desafios relacionados aos sistemas alimentares e às cidades têm sido pautados no Brasil, tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas públicas. Embora o país possua uma robusta trajetória em políticas alimentares, a temática alimentar envolvendo as políticas alimentares nas cidades é uma abordagem relativamente recente. Isso justifica a realização de uma pesquisa do tipo revisão de literatura com o objetivo de sistematizar a produção nacional sobre o tema até o momento. Tal abordagem possibilita a identificação de possíveis lacunas e o delineamento de futuras agendas de pesquisa.

### **1.4 Objetivo**

Refletir, através de uma revisão de publicações recentes, sobre como se dá a implementação de políticas alimentares nas cidades brasileiras.

## **2. METODOLOGIA**

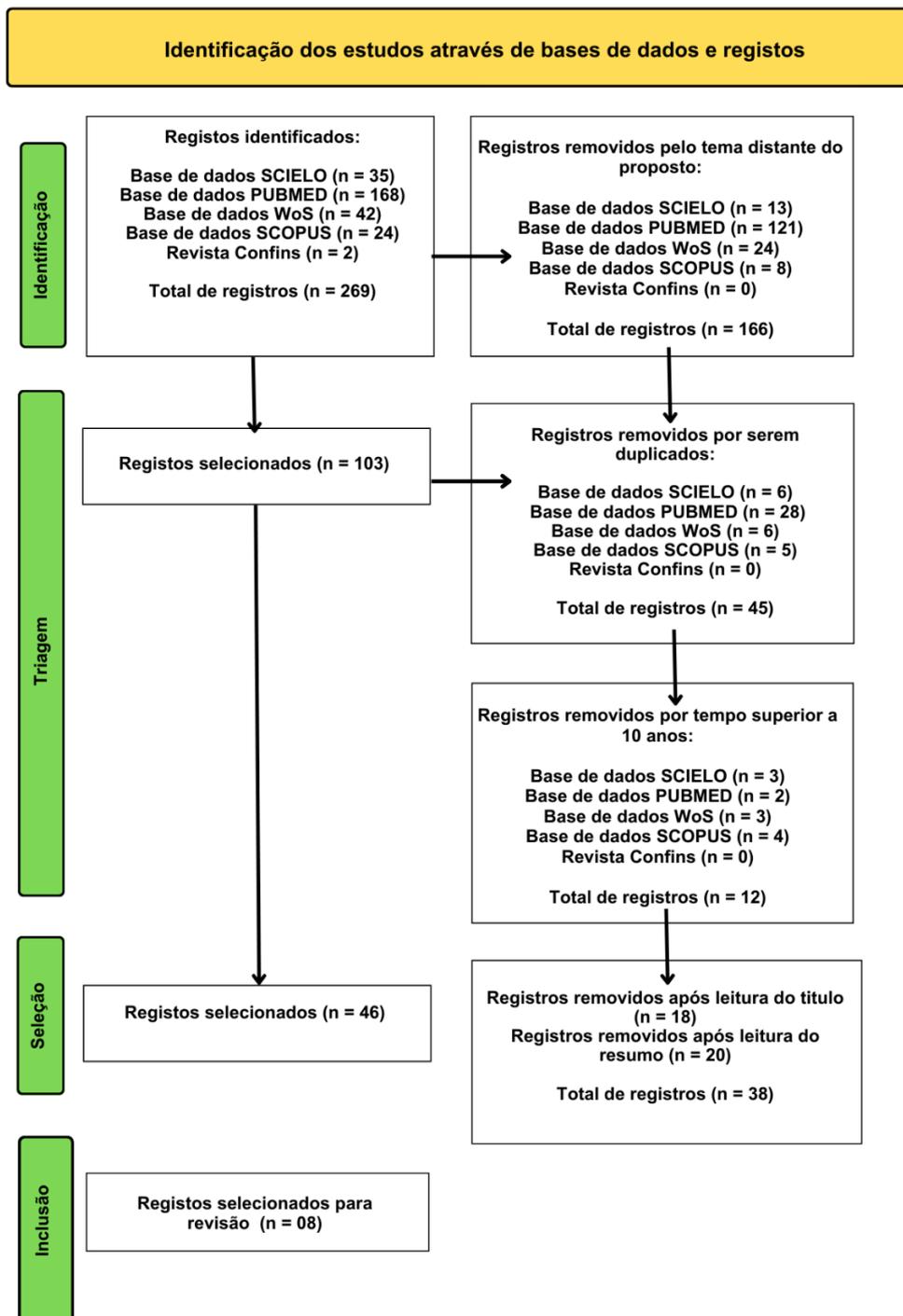
Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, exclusivamente de artigos científicos, realizada entre os meses de abril e maio do ano de 2023, cuja estratégia de busca incluiu consulta sobre o tema em bases de dados eletrônicas nacionais e internacionais, considerando publicações no período de 2013 a 2023. Uma posterior revisão foi feita nos meses de junho e julho do mesmo ano, para uma nova consulta de títulos que abrangessem os assuntos revisados, na tentativa de buscar eventuais atualizações sobre o tema.

A estratégia da pesquisa envolveu a utilização de descritores e operadores booleanos bem estabelecidos. Esses descritores foram escolhidos a partir da plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH). Os descritores selecionados foram Segurança Alimentar (Food Security); Ambiente Alimentar (Food Environment); Planejamento Urbano (Urban Planning); Alimentos (Food); Políticas Públicas (Public Policy). Para realizar a busca, foram utilizados apenas os operadores booleanos AND e OR. Todos os descritores foram organizados em pares e trios, evitando repetir as mesmas combinações de descritores e garantindo que cada descritor não fosse repetido na mesma combinação.

Foram consultados artigos nos idiomas inglês e português disponíveis nas bases da National Library of Medicine e do National Institutes of Health (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), SciVerse Scopus (SCOPUS) e Web of Science (WoS). Em um primeiro momento, foram excluídos os artigos repetidos e estudos publicados fora do período de busca.

Em um segundo momento, a partir da combinação dos descritores pré selecionados, a busca resultou em 269 artigos. Destes, 166 foram deletados por possuírem um tema diferente do proposto para a revisão. Das 103 obras restantes, 45 foram deletadas por serem duplicadas e 12 por excederem 10 anos de publicação. Após a análise do título e do resumo, 38 estudos foram excluídos devido à desconexão em relação ao assunto sugerido. Consequentemente, 8 artigos satisfizeram os critérios de inclusão, sendo submetidos a uma leitura completa e posteriormente empregados neste estudo. O fluxograma PRISMA foi utilizado para apresentar os achados.

**Figura 1: Fluxograma PRISMA**



(Fonte: PRISMA 2020, adaptado pela autora.)

Após a conclusão da busca, tivemos acesso a um dossiê recém publicado com a temática de alimentação e políticas alimentares nas cidades que, devido à sua relevância para este trabalho, foi incluído na revisão (Grisa et. al., 2023). Com a intenção de aprimorar o

trabalho e torná-lo mais completo, foram incluídos mais dois artigos do dossiê, que atendiam aos critérios iniciais de busca. Portanto, totalizando 10 artigos, foi feita a leitura completa do material, sua sistematização e discussão.

Na etapa de pré-análise, após a leitura integral dos artigos, estes foram organizados em tabelas no Microsoft Office Excel, seguindo as categorias de objetivos, metodologia e principais resultados. Essa abordagem foi adotada para facilitar a sistematização dos dados. Em seguida, procedeu-se à discussão dos principais achados de cada artigo, destacando suas contribuições para a resposta à pergunta norteadora da revisão, qual seja: Como as políticas alimentares nas cidades integram a pauta alimentar e se articulam com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional?

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. Descrição geral dos artigos**

No momento da pré-análise, cada artigo foi descrito considerando seus objetivos, metodologia e resultados gerais. Em uma primeira etapa, foram quantificados e sistematizados os artigos segundo os objetivos semelhantes e recorrentes.

#### **Figura 2: Diagrama objetivos**

## OBJETIVOS



(Fonte: elaboração da autora.)

Dos 10 artigos, 4 buscaram apontar a interface entre a promoção da saúde e o planejamento urbano em conjunto com políticas públicas como a PNPS e políticas de SAN e promoção do DHAA. Contudo, ainda são relativamente poucos os estudos no Brasil que buscam analisar as interfaces entre planejamento urbano e alimentação ou políticas alimentares, o que reforça a importância de mais estudos nesse campo, dada a relevância do tema (SPERANDIO et al., 2014, SANTOS, 2020, SANTOS, T., 2021 e ALENCAR., 2020).

Os demais artigos apresentavam como objetivos: Comparar ações de alimentação e nutrição na manutenção da Segurança alimentar e nutricional – SAN, Analisar a distribuição espacial dos equipamentos de disponibilidade de frutas e hortaliças e correlacionar o estado nutricional e a renda da população e, por fim, encontrar a relação do abastecimento de alimentos e as políticas alimentares

A segunda etapa consistiu em classificar os artigos com base na metodologia mais comum durante a análise e registrar quantas vezes essas metodologias foram repetidas.

**Figura 3: Diagrama Metodologia**

## METODOLOGIA



(Fonte: elaboração da autora.)

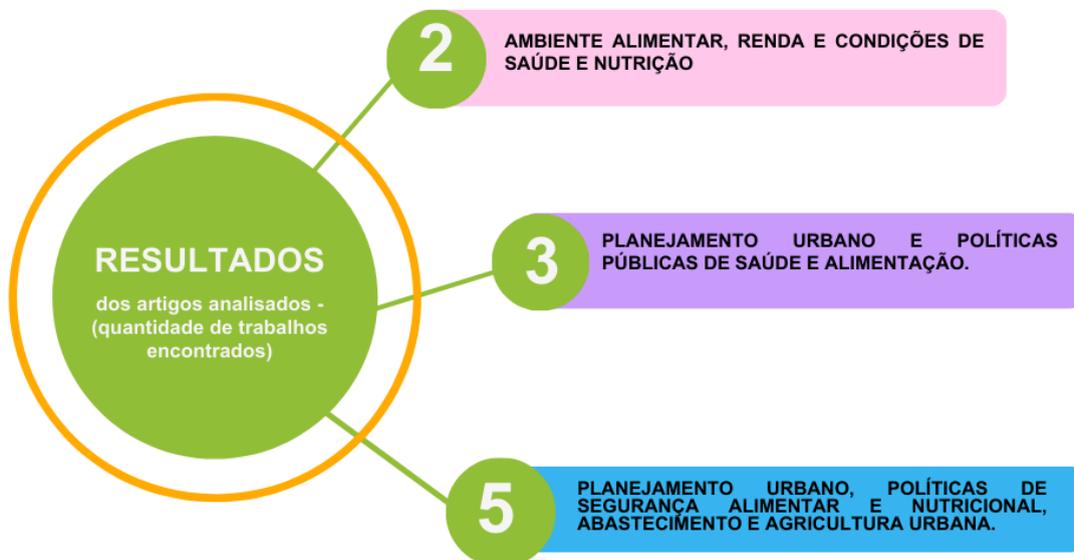
Dos 10 artigos analisados, 6 deles adotaram uma metodologia centrada na revisão bibliográfica. A prevalência dessa metodologia sugere uma ênfase na compreensão e interpretação de trabalhos anteriores a fim de consolidar conhecimentos e identificar lacunas na pesquisa, o que pode estar associado ao fato de se tratar de um campo de estudos relativamente novo (VIEIRA, 2013; SPERANDIO.,2016; LOPES, 2017; SANTOS, 2020; SANTOS, 2021; ARAÚJO, 2023).

Os demais artigos adotavam metodologias: qualitativa, estudo de caso e estudo ecológico.

Na terceira etapa, procedemos à categorização dos artigos com base nos resultados predominantes encontrados durante a análise e, assim como nas etapas anteriores, à contagem de desfechos de pesquisa com aspectos semelhantes.

**Figura 4: Fluxograma objetivos**

## RESULTADOS



**(Fonte: elaboração da autora.)**

Dos 10 artigos analisados, 5 destacaram-se ao interligar resultados relevantes no contexto de planejamento urbano, políticas de segurança alimentar e nutricional, abastecimento e agricultura urbana. A atenção especial dada aos temas, aliada a uma compreensão profunda das interações locais, sugere a importância de políticas públicas locais ao contexto urbano, especialmente aquelas voltadas para assegurar o acesso a alimentos de qualidade, sendo o planejamento urbano, um componente fundamental para criar ambientes urbanos favoráveis ao acesso fácil e equitativo a alimentos saudáveis. Essa relação entre os temas indica uma compreensão compartilhada na literatura de que a configuração das cidades, juntamente com políticas específicas, desempenha um papel crucial na promoção de dietas saudáveis e acesso amplo a alimentos de qualidade. São eles: SANTOS, L.,(2018), ALENCAR., (2020), SANTOS,T.,(2021), ARAÚJO, M.,(2023), PROUST.,(2023).

Outros resultados relevantes dos artigos analisados remetiam a temáticas como a relação entre ambiente alimentar, renda e condições de saúde e nutrição e a relação entre planejamento urbano e políticas públicas de saúde e alimentação.

## **3.2. Discussão**

Após a fase preliminar de análise, os resultados dos estudos foram examinados à luz da pergunta norteadora e organizados a partir de suas interlocuções de modo a, possivelmente, identificar tendências e lacunas no âmbito desse campo de estudos. Como mencionado anteriormente, os 10 artigos selecionados foram agrupados em função das temáticas presentes em seus principais achados e conclusões. A partir destes, foram criadas as categorias que nomeiam as seções seguintes onde discutem-se os resultados da revisão.

### **3.2.1 Ambiente alimentar, renda e condições de saúde e nutrição**

Um estudo realizado no ano de 2017 realizou uma revisão bibliográfica tendo como objetivo investigar o ambiente alimentar em relação ao acesso a frutas e hortaliças (FH) em Belo Horizonte, uma grande metrópole brasileira e referência internacional em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) (LOPES et al.,2017).

Os resultados da análise revelaram que no contexto do município em estudo, houve uma concentração notável de estabelecimentos comerciais que disponibilizam frutas e hortaliças (FH), inclusive aqueles que são subsidiados pelo setor público, como feiras livres e sacolões públicos. Essa concentração foi mais evidente na região de maior prosperidade econômica da cidade. Em contrapartida, constatou-se que o acesso a FH nas áreas periféricas e nos territórios onde serviços de promoção da saúde, como o Programa Academia da Saúde, estão em operação, estava significativamente limitado.

Outro estudo, realizado em Curitiba, no ano de 2021, teve como objetivo analisar a distribuição espacial dos equipamentos públicos que oferecem frutas e hortaliças (FH), considerando o princípio da equidade (PAULA et al.,2021). Foi realizada uma pesquisa ecológica nas 10 regiões do município, com o intuito de investigar a correlação entre o estado nutricional da população e sua renda.

Os resultados revelaram que existe uma correlação significativa entre o perfil econômico das diferentes regiões de Curitiba e a prevalência de sobrepeso e obesidade em adultos. As áreas com menor poder aquisitivo apresentaram uma maior incidência de adultos com excesso de peso. Além disso, foi observada uma notável discrepância na disponibilidade de equipamentos públicos de atividade física em áreas mais ricas da cidade.

Embora tenham sido implementadas intervenções para promover hábitos alimentares saudáveis em Curitiba, essas ações não foram uniformemente distribuídas e tendem a beneficiar principalmente as regiões de maior poder aquisitivo. Esse desequilíbrio na distribuição das intervenções perpetua a segregação espacial em relação à saúde alimentar na cidade.

Os dois artigos têm em comum o fato de mostrarem uma concentração de estabelecimentos e equipamentos públicos que oferecem FH em regiões mais ricas das cidades estudadas, evidenciando a relação entre renda e ambiente alimentar salutogênico. É interessante notar que trata-se de pesquisas em Curitiba e Belo Horizonte, duas das capitais que se destacam em termos de políticas alimentares inovadoras no Brasil. Ainda assim, nestas cidades, pela leitura dos artigos, ainda se carece de políticas de planejamento integradas à pauta alimentar de modo a distribuir equipamentos públicos de alimentação, por exemplo, nas áreas periféricas e de baixa renda.

**Figura 5: Diagrama - Ambiente alimentar, renda e condições de saúde e nutrição**



(Fonte: elaboração da autora.)

### 3.2.2 Planejamento urbano e políticas públicas de saúde e alimentação.

O estudo realizado em 2013, consistiu em uma avaliação e comparação entre Brasil e Portugal, por meio da análise de documentos e políticas nacionais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com objetivo central de analisar e contrastar as estratégias adotadas por ambos os países no contexto da SAN, considerando que muitas nações estavam estabelecendo diretrizes para assegurar uma alimentação adequada (VIEIRA,2013).

O estudo revela que, no Brasil, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é extensivamente discutida na política, priorizando estratégias intersetoriais abrangendo saúde, combate à obesidade, prevenção de deficiências nutricionais e promoção da educação alimentar nas escolas, com especial atenção à desnutrição. Em contrapartida, em Portugal, a abordagem à SAN é mais implícita, focando em intervenções na indústria alimentar e na produção de alimentos seguros, com ênfase diferenciada na promoção da saúde.

No contexto brasileiro, o artigo destacou uma abordagem abrangente da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com ênfase em estratégias intersetoriais que incluíram a promoção da saúde, combate à obesidade, prevenção de deficiências nutricionais e educação alimentar nas escolas. A desnutrição foi uma preocupação específica. O texto ressaltou a necessidade de estratégias intersetoriais para abordar questões como obesidade e deficiências nutricionais. Também enfatizou a importância de refletir sobre o direito humano à alimentação adequada, considerando as mudanças na Europa que afetaram a saúde em Portugal, e destacou a importância de se ter investido em recursos humanos na área da saúde no Brasil.

No estudo conduzido em Conchal, SP, no ano de 2015, o objetivo principal foi explorar e descrever a relevância da participação ativa do gestor administrativo no desenvolvimento de um projeto voltado para uma cidade saudável. O artigo buscou analisar um estudo de caso específico nesse contexto, focalizando a cidade de Conchal (ROSA, 2015).

Os resultados destacaram um problema recorrente em diversas cidades brasileiras, especialmente nos municípios de menor porte, onde o planejamento urbano frequentemente é negligenciado na gestão municipal. Fatores como restrições financeiras, interesses políticos e, em alguns casos, a falta de familiaridade das autoridades com os instrumentos de controle e desenvolvimento urbano foram identificados como contribuintes para a ausência de planos eficazes que promovam um crescimento urbano planejado, com ênfase na melhoria da qualidade de vida urbana, além disso o estudo ressaltou a importância de superar esses

desafios para garantir um desenvolvimento urbano mais sustentável e voltado para o bem-estar da população.

Em 2016, um estudo teórico e bibliográfico sobre planejamento urbano, utilizando a metodologia de análise de conteúdo (SPERANDIO,2016). A pesquisa focou em documentos relacionados ao planejamento urbano e textos produzidos por um laboratório de pesquisas urbanas da Unicamp, especialmente abordando a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) implementada em 2006 e sua revisão em 2014. O objetivo do estudo foi destacar as conexões entre a promoção da saúde e o planejamento urbano, ressaltando a importância de abordagens interdisciplinares e intersetoriais para o desenvolvimento de cidades saudáveis.

Os resultados ressaltam que tanto as políticas urbanas quanto as políticas de promoção da saúde devem assegurar a participação social, a integração de diferentes setores, a autonomia, o respeito à diversidade na cidade, a solidariedade, a inclusão e a justiça social. A responsabilidade pela implementação desses princípios não recai exclusivamente sobre o setor de saúde, mas também envolve outros setores e a cooperação entre eles, destacando a importância da abordagem interdisciplinar e intersetorial.

Os artigos considerados realizam uma análise abrangente sobre questões cruciais no contexto brasileiro, como desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar. Ambos ressaltam a importância da abordagem intersetorial para promover cidades saudáveis, reconhecendo a interligação entre diferentes áreas. O estudo comparativo entre Brasil e Portugal destaca diferenças na segurança alimentar, enquanto o estudo em Conchal, SP, evidencia desafios no planejamento urbano de municípios menores.

A análise conjunta enfatiza a necessidade de uma abordagem abrangente e interdisciplinar. Essa abordagem envolve a colaboração entre diversos setores e disciplinas, incluindo a participação ativa da sociedade civil. O objetivo é encontrar soluções sustentáveis e adaptadas às particularidades locais, reconhecendo a complexidade e a interconexão das questões abordadas nos estudos. Ambos os conjuntos de pesquisa convergem na ideia de que uma abordagem integrada é crucial para enfrentar os desafios complexos relacionados ao desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar no Brasil.

**Figura 6: Diagrama - Planejamento urbano e políticas públicas de saúde e alimentação**

Artigo	Objetivo	Metodologia
• (VIEIRA,2013)	Analisar e contrastar as estratégias adotadas no Brasil e Portugal no contexto da SAN.	• Revisão de Literatura
• (ROSA, 2015)	Explorar a relevância da participação ativa do gestor administrativo no desenvolvimento uma cidade saudável.	• Estudo de caso
• (SPERANDIO, 2016)	Destacar as conexões entre a promoção da saúde e o planejamento urbano, para o desenvolvimento de cidades saudáveis.	• Revisão de Literatura

### Resultados em comum

- Ênfase na abordagem abrangente e interdisciplinar;
- Participação ativa da sociedade civil;
- Busca por soluções sustentáveis e adaptadas localmente;
- Reconhecimento da complexidade e interconexão das questões abordadas;

(Fonte: elaboração da autora.)

### 3.2.3 Planejamento urbano, políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, abastecimento e agricultura urbana.

O estudo realizado em 2018 no Brasil, analisou o discurso – aproximações e distanciamentos - da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito de dois programas setoriais de alimentação e nutrição como o DHAA, por meio de uma revisão bibliográfica (SANTOS,2018).

Os resultados evidenciaram que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) destacou-se em estratégias de desenvolvimento humano, promovendo inclusão econômica e social, soberania alimentar, qualidade de vida, cultura e meio ambiente. Apesar dos avanços, a SAN não é uma realidade para muitos. A avaliação contínua dessas políticas é essencial para o avanço do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e a consolidação da SAN. As políticas, com abordagem intersetorial, desempenham papel crucial na promoção da saúde pública e cidadania.

No ano de 2020, na cidade de Belo Horizonte trouxe à tona questões de extrema importância relacionadas ao planejamento regional, gestão metropolitana, segurança alimentar e nutricional, e agroecologia, em um estudo qualitativo (ALENCAR,2020).

O principal objetivo deste estudo foi contribuir para um conhecimento mais aprofundado da produção agrícola nas áreas metropolitanas. A pesquisa destacou como essa produção, quando considerada em conjunto com as dimensões culturais e as preocupações com a justiça ambiental, pode ser vista como uma alternativa socioeconômica que está alinhada com os princípios de sustentabilidade.

Os resultados obtidos por meio deste estudo apontaram para a necessidade de um conjunto coordenado de medidas e estratégias de ação que envolvam várias instituições, com coordenação e cooperação federativa, além da participação ativa da sociedade civil. Estas medidas se baseiam na agroecologia, no ordenamento do território e na implementação de políticas específicas.

Outro estudo foi realizado no contexto brasileiro, no ano de 2020, em uma revisão bibliográfica que abordou a importância de políticas públicas para abastecimento e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto do desenvolvimento inclusivo (ALENCAR,2020). A pesquisa foi motivada pela escassez de estudos avaliando tais políticas, considerando a prevalência de insegurança alimentar e nutricional (INSAN) no Brasil.

Os resultados enfatizaram a essencialidade da agricultura para a economia brasileira, mas destacam que muitas pessoas ainda enfrentam falta de acesso adequado a alimentos devido a mudanças nas políticas públicas e desigualdades na distribuição de terras e recursos. A melhoria dessa situação requer o fortalecimento das políticas de segurança alimentar, apoio à agricultura familiar e promoção de práticas agrícolas sustentáveis. A distribuição justa de

terras, o suporte à agricultura familiar e o estímulo a práticas sustentáveis são apontados como cruciais para garantir o acesso universal a alimentos de qualidade.

Em 2023, um estudo em Belo Horizonte, foi realizado por meio de pesquisa documental e de dados secundários, mobilizando diferentes técnicas de pesquisa e fontes de dados (ARAÚJO,2023). O objetivo era analisar as transformações e caracterizar as dinâmicas recentes do abastecimento alimentar na cidade, associando-as às diferentes configurações de sistemas alimentares.

Os resultados do estudo revelaram as dinâmicas do abastecimento de alimentos em Belo Horizonte. Em destaque, para o notável crescimento de estabelecimentos como lanchonetes, restaurantes, serviços de entrega de alimentos e bares desde 2008, os quais tendem a oferecer predominantemente alimentos ultraprocessados. Por outro lado, apesar de menos comuns, supermercados e hipermercados dominam o mercado de alimentos na cidade.

O texto também aborda estabelecimentos no setor atacadista, alguns dos quais estão focados principalmente em alimentos ultraprocessados, apresentando um desafio para promover uma alimentação mais saudável na região. Além disso, destaca-se a importância da agricultura urbana baseada na agroecologia como uma alternativa para a oferta de alimentos saudáveis. O estudo destaca a necessidade de abordagens que promovam opções mais saudáveis e sustentáveis no abastecimento alimentar urbano.

Por último, em 2023, uma pesquisa abordando a agricultura urbana em São Paulo e Belo Horizonte (PROUST,2023). O texto descreveu uma abordagem qualitativa da pesquisa sobre agricultura urbana, utilizando vivências de Coutinho (2010), um dos colaboradores envolvidos, em Belo Horizonte e dados coletados por Proust em São Paulo a partir de 2018. As pesquisas envolveram cerca de 150 entrevistas semi-estruturadas com agricultores, gestores públicos, consumidores e atores políticos, buscando uma compreensão aprofundada das experiências e perspectivas relacionadas à agricultura urbana.

O objetivo do estudo era explorar e demonstrar as questões fundamentais relacionadas à agricultura urbana em grandes cidades metropolitanas no Brasil, especificamente nessas duas localidades, oferecendo uma nova perspectiva para as tradicionais relações entre cidade e campo na geografia.

Os resultados destacam a importância da agricultura urbana como uma abordagem essencial para enfrentar desafios alimentares nas cidades, promovendo o desenvolvimento local e comunitário. A conexão com a agroecologia é ressaltada, apontando seu potencial transformador na criação de paisagens urbanas inclusivas.

A inclusão da agricultura urbana nas políticas públicas é reconhecida por sua legitimidade e impacto positivo na segurança alimentar, no emprego, no meio ambiente e na saúde. O estudo enfatiza a necessidade de priorizar sua função alimentar, sublinhando a importância da integração cidade-campo com enfoque na alimentação para repensar o planejamento urbano e a gestão territorial.

Em suma, os artigos analisam diversas facetas do desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar e nutricional no Brasil, destacando a importância de uma abordagem ampla e interdisciplinar. A comparação entre os estudos revela a diversidade de enfoques, desde políticas de segurança alimentar até dinâmicas específicas do abastecimento alimentar urbano. Em geral, os estudos convergem na ênfase à abordagem intersetorial para promover cidades saudáveis e enfrentar desafios alimentares, reconhecendo a necessidade de estratégias diversificadas para cada contexto urbano no Brasil.

A maioria dos artigos analisados aborda a interconexão entre o planejamento urbano, políticas de produção sustentável e abastecimento alimentar como fatores cruciais para promover a segurança alimentar. Essa relação é destacada como condição fundamental para assegurar que as cidades possam enfrentar desafios relacionados à alimentação de maneira eficaz. A abordagem intersetorial, que envolve diferentes setores e disciplinas, é enfatizada como essencial para criar estratégias abrangentes que abordem não apenas a produção de alimentos, mas também questões relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, promoção da saúde e inclusão social. Essa perspectiva destaca a importância de considerar a complexidade e a interdependência desses elementos na busca por soluções duradouras para a promoção da segurança alimentar nas cidades brasileiras.

**Figura 7: Diagrama - Planejamento urbano, políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, abastecimento e agricultura urbana**

Artigo	Objetivo	Metodologia
<ul style="list-style-type: none"> <li>(SANTOS,2018)</li> </ul>	<p>Analisar aproximações e distanciamentos - da SAN no âmbito de dois programas setoriais de alimentação e nutrição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão de Literatura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>(ALENCAR, 2020)</li> </ul>	<p>Ressalta a produção agrícola nas áreas metropolitanas como uma alternativa socioeconômica sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo qualitativo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>(SANTOS, 2021)</li> </ul>	<p>Abordar a importância de políticas públicas para abastecimento e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto do desenvolvimento inclusivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão de Literatura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>(ARAUJO, 2023)</li> </ul>	<p>Analisar as transformações e as dinâmicas do abastecimento alimentar na cidade, associando-as às diferentes configurações de sistemas alimentares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Revisão de Literatura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>(PROUST,2023)</li> </ul>	<p>Explorar e demonstrar as questões fundamentais relacionadas à agricultura urbana em grandes cidades metropolitanas no Brasil, especificamente em SP e BH.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estudo qualitativo</li> </ul>

### Resultados em comum

- Desenvolvimento Urbano, Saúde e Segurança Alimentar no Brasil
- Ênfase na Abordagem Intersectorial: como condição fundamental;
- Interconexão entre Planejamento Urbano, Produção Sustentável e Abastecimento Alimentar;
- Importância da consideração da Complexidade da produção de alimentos, desenvolvimento urbano sustentável, promoção da saúde.

(Fonte: elaboração da autora.)

#### **4.CONCLUSÃO**

Ao considerar as políticas alimentares nas cidades brasileiras no Brasil e sua integração com a pauta alimentar e articulação junto às políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, pode-se perceber, a partir dos estudos analisados, a importância das relações entre desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar no contexto brasileiro.

A análise dos artigos destacou a crucial importância de abordagens interdisciplinares e intersetoriais nas estratégias de planejamento urbano voltadas para a segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, os estudos ressaltam a necessidade de ações intersetoriais dentro do governo, bem como a participação da sociedade civil na implementação de políticas de saúde e alimentação no ambiente urbano.

Outro aspecto que se mostrou relevante foi o papel central dos governos locais na construção de estratégias de planejamento urbano articuladas às políticas alimentares, enfatizando a importância da diversificação e adaptação das estratégias ao contexto local. No contexto das políticas locais, a literatura analisada demonstrou que a integração do planejamento urbano às políticas de produção sustentável e abastecimento alimentar é necessária para melhorar as condições de segurança alimentar nas cidades, sobretudo em áreas periféricas de grandes cidades. Nas cidades de menor porte, por sua vez, destaca-se a ausência ou limitação de estratégias integradas de planejamento urbano e de segurança alimentar e nutricional. Esses pontos reforçam a necessidade de abordagens abrangentes e colaborativas para enfrentar os desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional nas áreas urbanas.

A segurança alimentar e nutricional desempenha um papel central nas estratégias de desenvolvimento humano, promovendo a inclusão econômica e social da população, melhorando a qualidade de vida e preservando a cultura e o meio ambiente. No entanto, ainda há muitas pessoas que não têm acesso à segurança alimentar e nutricional. As desigualdades no acesso a alimentos saudáveis são evidentes, com áreas economicamente mais prósperas da cidade concentrando esses recursos, conforme os estudos analisados. Isso indica que as políticas alimentares e o acesso aos alimentos não estão suficientemente coordenadas.

A agricultura urbana é uma alternativa econômica sustentável que pode melhorar a segurança alimentar e nutricional, o emprego e o meio ambiente. Os governos devem trabalhar ativamente para fomentar essa tendência. A agricultura urbana desempenha um papel importante na promoção da segurança alimentar e nutricional, fortalecendo estratégias de autoconsumo, diversificação e integração das atividades produtivas.

O planejamento urbano sustentável, por sua vez, é crucial nesse processo e os estudos analisados convergem para a importância de uma abordagem integrada, intersetorial e participativa para promover cidades saudáveis e equitativas, destacando a complexidade e interconexão dessas questões no contexto brasileiro. Essa perspectiva interdisciplinar é essencial para enfrentar os desafios relacionados ao desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar e nutricional de maneira sustentável e adaptada às particularidades locais.

Com isso, este estudo salienta a importância das políticas alimentares nas cidades brasileiras, enfatizando a necessidade de conhecimento para enfrentar desafios relacionados ao desenvolvimento urbano, saúde e segurança alimentar e nutricional de forma sustentável.

Para contribuir com avanços futuros, é importante reconhecer as limitações do estudo, como a ênfase no contexto brasileiro, e sugerir pesquisas mais específicas por regiões, considerando as particularidades locais. Além disso, estudos comparativos entre diferentes países podem enriquecer a compreensão das políticas públicas e práticas de planejamento urbano relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Assim, é essencial revisar e reavaliar as políticas e estratégias para garantir uma abordagem mais integrada e equitativa. A colaboração e ação multisetorial da sociedade civil, pesquisadores e tomadores de decisão devem favorecer ativamente a transformação dos sistemas alimentares visando melhorias tangíveis na segurança alimentar, na saúde e no desenvolvimento urbano sustentável.

## **5. REFERÊNCIAS**

ALENCAR, VICTOR GABRIEL DE SOUZA LIMA; ORNELAS, GABRIEL MATTOS; COSTA, HELOISA SOARES DE MOURA. Planejar para alimentar as metrópoles: a incorporação da agricultura e da agroecologia no planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Revista Política e Planejamento Regional (RPPR - RJ), vol. 7, nº 3, setembro a dezembro de 2020, p. 285-309. ISSN 2358-4556.

ALPINO, T. DE M. A. et al.. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, n. 8, p. e00161320, 2020

ARAÚJO, MELISSA LUCIANA DE; PESSOA, MILENE CRISTINE; HONÓRIO, OLIVIA SOUZA; SCHUBERT, MAYCON NOREMBERG; SCHNEIDER, SERGIO; GRISA, CATIA. Dinâmicas de abastecimento nos sistemas alimentares em Belo Horizonte. Confins [Online], 59 | 2023, postado em 30 junho 2023, consultado em 25 outubro de 2023. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/52625>>. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confins.52625>>.

ASSEMBLEIA MUNDIAL DE SAÚDE, 57., 2004, Genebra. Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde. Genebra: WHO, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006.

BRASIL. presidência da república. Lei nº 14.601, de [data de publicação]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 8 de maio de 2020. Dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor da alimentação escolar durante o período de suspensão das aulas em razão da situação de emergência causada pela pandemia da COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 maio 2020. Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Portaria No 2.466, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 26 dez. 2023.

BARROS, R. P. DE.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 123–142, fev. 2000.

COHN, A. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 12, dezembro. p.1-17, 1995.

CASTEL, R. *L'insécurité Sociale: qu'est-ce qu'être protégé?* Lonrai: Editions du Seuil; 2003.

FAO. *Food, agriculture and cities: the challenges of food and nutrition security, agriculture and ecosystem management in an urbanizing world*. Roma: FAO, 2015.

GLANZ, K. et al. Healthy nutrition environments: concepts and measures. *American Journal of Health Promotion*, v. 19, p. 330–3, 2005.

GRISA, CATIA ET AL. Alimentação e Políticas Alimentares nas Cidades: introdução ao debate. Confins [Online], 59 | 2023, postado em 29 junho 2023, consultado em 05 setembro 2023. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/52341>>. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confins.52341>>.

HLPE. Nutrition and Food Systems: A Report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Roma, 2017.

IPES-FOOD. De la mesa al planeta: la alimentación como motor de los gobiernos locales en la acción por el clima, 2023.

IPES-FOOD. What makes urban food policy happen? Insights from five case studies. IPES-Food, 2017. Disponível em: [https://ipes-food.org/\\_img/upload/files/Cities\\_full.pdf](https://ipes-food.org/_img/upload/files/Cities_full.pdf)

JAIME, PATRÍCIA CONSTANTE; RAUBER, FERNANDA. Política nacional de alimentação e nutrição (PNAN). Políticas públicas de alimentação e nutrição. Tradução. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019. Acesso em: 08 dez. 2023.

KOGA, NATÁLIA MASSACO ET AL. Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da Covid-19: uma análise dos normativos produzidos pelo Executivo Federal. Nota Técnica, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9838>>. Acesso em: 12 jan. 2024. DOI: <https://doi.org/10.26578/11058/9838>.

LOPES, A. C. S.; MENEZES, M. C. de; ARAÚJO, M. L. de. O ambiente alimentar e o acesso a frutas e hortaliças: "Uma metrópole em perspectiva". Saúde e Sociedade, v. 26, n. 3, p. 764-773, 2017. DOI: 10.1590/S0104-12902017168867.

MACHADO, A. D.; MARCHIONI, D. M. L.; CARVALHO, A. M. DE. A insustentabilidade dos sistemas alimentares atuais deve ser integrada no entendimento da COVID-19 como uma zoonose. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 12, p. e00253221, 2021.

PAULA, N. F. de; PAULA, N. M. de; BUENO, R. E. . Iniquidades e promoção pública de ambientes alimentares saudáveis na cidade de Curitiba, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021027, 2021. DOI: 10.20396/san.v28i00.8663749.

PELIANO, ANNA. ANNA PELIANO: uma batalha incansável contra a fome, a pobreza e a desigualdade social. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

PROUST, ANGELE; COUTINHO, MAURA NEVES. A agricultura urbana em São Paulo e Belo Horizonte: Uma proposta de abordagem das relações urbano-rural no contexto metropolitano. *Confins* [Online], 59 | 2023, postado em 30 junho 2023, consultado em 25 outubro de 2023. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/52590>>. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confins.52590>>.

ROSA, A. A. C. ; GUARNIERI, J. C. ; TORICELLI, R. C. ; SPERANDIO, ANA MARIA GIROTTI ; FAVERO, E. ; FRANCISCO FILHO, L. L. . Planejamento urbano e políticas públicas saudáveis: um relato de experiência. *Intellectus. Revista Acadêmica Digital da Faculdade de Jaguariúna\**, v. 4, p. 49-63, 2015.

SANTOS, LÍVIA & HENRIQUE, FLÁVIA. (2018). Segurança alimentar e nutricional em programa de alimentação: aproximações e distâncias entre bases normativas de institucionalização. *Revista Integrativa de Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde*, 1-1. 10.21452/revise20180220-p4655.

SANTOS, TATIANA TOMAL BRONDANI DOS; TORRES, RICARDO LOBATO. Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e a Promoção do Desenvolvimento Inclusivo. In: *Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. Brasília (DF): UnB, 2021.

SPERANDIO, A. M. G.; FRANCISCO FILHO, L. L.; MATTOS, T. P. Política de promoção da saúde e planejamento urbano: articulações para o desenvolvimento da cidade saudável. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1931-1938, 2016. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1413-81232015216.10812016>>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

VIEIRA, V. L. et al.. Ações de alimentação e nutrição e sua interface com segurança alimentar e nutricional: uma comparação entre Brasil e Portugal. *Saúde e Sociedade*, v. 22, n. 2, p. 603–607, abr. 2013.

WHO. Ottawa Charter. Ottawa: [s. i.] 1986. Disponível em: <https://www.who.int/health-promotion/conferences/previous/ottawa/en/>. Acesso em: 4 nov. 2023